



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas –
FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA

Bacharelado em Ciências Contábeis

**O VIÉS DA CONFIRMAÇÃO
E A RESPONSABILIDADE DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Ana Carolina Amaral Moura

Brasília

2016

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Sônia Nair Bão
Vice-Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabel
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

ANA CAROLINA AMARAL MOURA

**O VIÉS DA CONFIRMAÇÃO
E A RESPONSABILIDADE DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Auditoria Contábil.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva.

Brasília

2016

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas –
FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

ANA CAROLINA AMARAL MOURA

**O VIÉS DA CONFIRMAÇÃO
E A RESPONSABILIDADE DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva – Orientador
CCA/FACE/UnB

Prof. Dr. _____ – Membro
CCA/FACE/UnB

Brasília, _____ de _____ de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que guiou meu caminho durante toda esta jornada e me reergueu em momentos de dificuldade. Ele sempre esteve ao meu lado e me ajudou em todas as etapas, eu não seria nada sem a fé que tenho nele.

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão, por me proporcionarem uma vida maravilhosa e por terem me dado todo amor, apoio e carinho necessário para que eu alcançasse êxito. Meus pais foram e sempre serão a minha base, o meu exemplo e minha inspiração – nunca mediram esforços para me auxiliar e acreditaram na minha capacidade cada segundo.

Ao meu namorado Victor Hugo pela paciência, dedicação, por toda ajuda, inclusive por me fazer feliz e me apoiar em mais uma etapa da minha vida.

Minha família valoriza bastante os estudos e sou extremamente grata a eles por todo incentivo, preocupação, crença, reconhecimento, além de ser exemplo de união em qualquer momento.

A Andressa, Priscila, Larissa, Ilana, Kelly e Brenda que me ajudaram bastante em todos os momentos e se transformaram nesses quatro anos e meio de curso em amigas de verdade que aconselham, ajudam, se preocupam e cuidam umas das outras.

Ao meu orientador, Prof. Dr. César Tibúrcio, por me auxiliar na construção deste trabalho com paciência, atenção e dedicação em todas as etapas.

Ao Prof. Dr. José Alves Dantas, por aceitar examinar minha banca, sendo fundamental para o meu aprendizado durante a graduação e todos os outros professores que contribuíram para o meu aprendizado durante o curso.

Por fim, agradeço a todos que cooperaram respondendo aos questionários e a aqueles que, de alguma forma, contribuíram e fizeram a diferença em minha vida, direta ou indiretamente. Sou eternamente grata a todos!

“A persistência é o caminho do êxito”.

Charles Chaplin

RESUMO

Durante repercussões polêmicas, as opiniões tendem a divergir de alguma maneira, isso ocorre porque a mente humana volta-se a considerar informações que estão de acordo com suas crenças, fato denominado de Viés da Confirmação. A responsabilidade do auditor na contabilidade é um desses assuntos. Há os que creem que os auditores devem ser responsabilizados em casos de fraude, e os que discordam. O objetivo deste trabalho é constatar se o viés da confirmação se aplica ou não em relação ao entendimento da responsabilidade do auditor na emissão de seus pareceres em casos de fraudes para alunos de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília. A análise dos 132 questionários aplicados resultou na positividade do viés da confirmação, onde se concluiu, por meio das respostas, que a tendência foi de fornecer maior credibilidade às informações que confirmam crenças e pensamentos pessoais do que aceitar algo que possa contradizer.

Palavras-chave: Viés da Confirmação. Responsabilidade. Auditor.

ABSTRACT

During polemical repercussions opinions tend to differ in some way, this is because the human mind turns to consider information that is according to your beliefs, this fact is called confirmation bias. The responsibility of the auditor in accounting is one of these issues, there are those who believe that auditors should be held responsible in cases of fraud, and those who disagree. The objective of this study is to see if the confirmation bias is applied or not in relation to the understanding of the auditor's responsibility in issuing its opinions in cases of fraud for students of Accounting at the University of Brasilia. A questionnaire was administered to 132 students to receive their opinion of these. Then, the data were tabulated in Excel and inserted into Gretel program, which has shown the positivity of confirmation bias, through the relationship between students' conceptions and their answers

Keywords: Confirmation bias. Responsibility. Auditor.

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-------------|---|----|
| Gráfico 1 – | Descrição da amostra..... | 21 |
| Gráfico 2 – | Descrição da estatística descritiva em ser favorável ou não à empresa de auditoria..... | 22 |
| Gráfico 3 – | Descrição da frequência dos casos envolvidos no questionário..... | 23 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Modelo 1: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128)..... | 24 |
| Tabela 2 – Modelo 2: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128)..... | 25 |
| Tabela 3 – Modelo 3: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128)..... | 26 |
| Tabela 4 – Modelo 4: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128)..... | 27 |
| Tabela 5 – Modelo 5: MQO, usando as observações 1-132 (n = 127)..... | 28 |
| Tabela 6 – Modelo 6: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128)..... | 29 |
| Tabela 7 – Modelo 7: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128)..... | 30 |
| Tabela 8 – Modelo 8: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128)..... | 31 |
| Tabela 9 – Modelo 9: MQO, usando as observações 1-132 (n = 127)..... | 32 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 13 |
| 2.1 VIÉS DE CONFIRMAÇÃO..... | 13 |
| 2.2 AUDITORIA | 14 |
| 2.2.1 Auditoria interna | 14 |
| 2.2.2 Auditoria externa..... | 14 |
| 2.3 RESPONSABILIDADES A RESPEITO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE UMA ENTIDADE | 15 |
| 2.4 FRAUDE..... | 16 |
| 2.5 A RESPONSABILIDADE DO AUDITOR..... | 16 |
| 3 METODOLOGIA..... | 18 |
| 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS | 20 |
| 4.1 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA | 20 |
| 4.2 DESCRIÇÃO DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA EM SER FAVORÁVEL OU NÃO À EMPRESA DE AUDITORIA..... | 21 |
| 4.3 DESCRIÇÃO DA FREQUÊNCIA DOS CASOS ENVOLVIDOS NO QUESTIONÁRIO | 22 |
| 4.4 RESULTADO DA ANÁLISE DE DADOS..... | 23 |
| 4.4.1 Situação 1..... | 28 |
| 4.4.2 Situação 2..... | 29 |
| 4.4.3 Situação 3..... | 30 |
| 4.4.4 Situação 4..... | 31 |
| 4.4.5 Situação 5..... | 32 |
| 4.4.6 Análise geral dos modelos de 5 a 9 | 32 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 34 |
| REFERÊNCIAS | 35 |
| APÊNDICES | 37 |
| APÊNDICE “A” – QUESTIONÁRIO..... | 38 |
| APÊNDICE “B” – QUESTIONÁRIO | 41 |
| APÊNDICE “C” – DESCRIÇÃO DA AMOSTRA | 44 |
| APÊNDICE “D” – DESCRIÇÃO DA ESTATÍSTICA EM SER FAVORÁVEL OU NÃO À EMPRESA DE AUDITORIA..... | 47 |

| | |
|---|-----------|
| APÊNDICE “E” – DESCRIÇÃO DA FREQUÊNCIA DOS CASOS ENVOLVIDOS NO QUESTIONÁRIO..... | 49 |
|---|-----------|

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é o viés de confirmação e a responsabilidade do auditor independente. No que se refere à responsabilidade, é um assunto da disciplina de Auditoria Contábil, que mesmo estando expresso nas Normas Brasileiras de Contabilidade, trata-se de um assunto polêmico em casos concretos que dizem respeito a fraudes.

Diversos são os casos de fraudes ocorridos na área. Neste trabalho, far-se-á alusão a alguns deles, como o Banco BVA, Satyam, Cnova, FIFA e Banco Noroeste. Desses casos, os auditores foram condenados em uns e em outros não. Assim também acontece com a opinião da sociedade, quando da análise de situações idênticas. Alguns acreditam que o auditor deveria ser considerado culpado e outros acreditam que não, polêmica que justifica a relevância de pesquisar sobre esse assunto.

O “viés de confirmação” que será abordado verificará a tendência de se querer afirmar crenças em algumas situações e de aceitar informações que vão ao encontro do próprio pensamento. Algumas experiências foram realizadas anteriormente para confirmar a existência desta tendência. Para se analisar o viés, o assunto escolhido deve ser polêmico, por isso, neste trabalho, o tema escolhido foi a responsabilidade do auditor, uma vez que gerou discussões em diversas aulas durante a graduação.

O objetivo deste trabalho é analisar se o “viés de confirmação” se faz presente nos alunos de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB) no que diz respeito à responsabilidade do auditor independente. Esse confronto foi analisado através de um questionário, que será explanado nas seções seguintes.

Este artigo está dividido em cinco partes. A introdução contextualiza o problema e apresenta o objetivo. A seguir tem-se o referencial teórico em que se explicam os significados do viés de confirmação, auditoria, auditoria interna, auditoria externa, responsabilidade a respeito das demonstrações contábeis de uma entidade, fraudes e a responsabilidade do auditor nestes casos. A terceira parte é a descrição da metodologia adotada. A quarta parte apresenta a análise de dados, finalizando com as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Viés de confirmação

No entender de Plous (1993), o “viés de confirmação” é uma maneira de confirmar crenças pré-existentes ao se interpretar uma nova informação. É interpretar de forma tendenciosa. Complementando essa ideia, Risen e Gilovich (2007) abordam que é o fato de se preservar seus pensamentos não apenas por evidências, mas pela interpretação, envolvendo a recordação da memória.

Sir Francis Bacon (1620), filósofo britânico, explica o viés da confirmação como uma maneira que o ser humano tem de voltar suas buscas para concordar e apoiar suas próprias opiniões. Caso existam indícios contrários, este os menospreza e de alguma maneira ignora esses fatos. Sendo assim, o viés da confirmação se resume à busca por confirmar nossas crenças e ao fato de evitar buscar evidências que possam nos contrapor.

Myers (2014) relata que, em 1960, Wason realizou um experimento, no qual apresentou uma sequência numérica com regra pré-estabelecida em sua mente a 29 voluntários (2,4,6). Em seguida, apresentou outras sequências numéricas e questionou se estas fariam parte ou não da mesma regra que a sequência anterior, sendo que quando o participante tivesse certeza da regra, deveria parar o experimento e relatar. Nenhum deles ficou com dúvida com relação ao resultado, mas 23 dos 29 participantes se convenceram de uma regra errada e procuravam evidências de estarem corretos, ou seja, demonstrou que as pessoas costumam não buscar informações que possam contrapor suas crenças.

McRaney (2013) aborda que em um estudo realizado na Universidade de Ohio, em 2009, 36% das pessoas passam a maior parte do tempo lendo assuntos que estão de acordo com suas opiniões do que outros que vão contra seus pensamentos.

Baron (2000, p. 201) afirma que as pessoas costumam pensar em resultados que confirmem suas hipóteses e não pensam muito como seria se esta hipótese não fosse verdadeira. Kuhn e Lao (1996) relatam que pessoas com pontos de vista opostos interpretam tendenciosamente. Sendo assim, suas respostas, quando comparadas, se afastam significativamente.

McRaney (2013) estudou a mente humana e afirma que damos mais atenção aos fatos que nos fazem acreditar que estamos certos do que aos fatos que comprovam que estamos errados. Quanto mais nos dedicamos a entender determinado assunto, mais nos convencemos de que estamos certos.

2.2 Auditoria

Almeida (2010) e Franco e Marra (2001) relatam que as normas ainda não definem de forma objetiva os procedimentos a serem adotados pelos profissionais. Apesar de essas normas contábeis serem de extrema importância, por estabelecerem limites e como devem proceder ao comportamento dos auditores ainda são abordadas superficialmente.

Tendo em vista a NBC TA 200, o processo de auditoria apresenta como objetivo fornecer maior credibilidade a respeito das demonstrações contábeis aos usuários por meio de um relatório financeiro emitido pelo auditor, no qual expressa sua opinião sobre as demonstrações de determinada entidade.

2.2.1 Auditoria interna

Tanto a Auditoria Interna, quanto a Externa são fundamentais. De acordo com Gass (2008), estas são complementares, uma vez que auditoria interna propicia maior segurança à auditoria externa na análise das demonstrações contábeis, além de poupar dualidade de trabalho e reduzir custos para ambos os setores.

Conforme NBC T 12, o objetivo da auditoria interna se resume a analisar, examinar, e avaliar os controles internos e informações contábeis, físicas, operacionais e financeiras da Entidade, avaliando a integridade, adequação e eficácia.

Para Mautz (1978) e Almeida (2010) os auditores internos são empregados da entidade que não devem ser subordinados a aqueles que assessoram. Situam-se entre o departamento contábil e a administração para averiguar se seus relatórios condizem com a realidade.

2.2.2 Auditoria externa

Na auditoria externa, segundo Franco e Marra (2009), o auditor não deve possuir vínculo empregatício com a organização auditada e pode ser contratado eventualmente ou permanentemente.

Conforme Crepaldi (2009), os auditores externos são profissionais independentes, não incorporados aos funcionários da entidade, que analisam a divulgação das demonstrações financeiras, assim como as informações emitidas pela empresa; fundamentam os registros; caso necessário, propõem formas de melhoria para o controle interno e do sistema contábil;

com o objetivo de emitir um parecer a respeito das demonstrações contábeis a serem auditadas.

2.3 Responsabilidades a respeito das demonstrações contábeis de uma entidade

No quesito de responsabilidade do auditor externo, Cavalcante (1994) relaciona os campos: ético, técnico e legal. O ético correlaciona-se ao código de ética e engloba o modo como o auditor independente deve agir na presença de terceiros e em sua profissão. O técnico relaciona-se às Normas, no qual inclui critérios, táticas e como deve ser a emissão do parecer. O legal conecta o auditor a pessoas físicas ou jurídicas, porque a sua opinião emitida no parecer contábil poderá persuadir terceiros, uma vez que presta serviços a todos que acessarem este documento.

Está expresso NBC TA 240 que a responsabilidade de elaborar as demonstrações contábeis é da administração, enquanto que a responsabilidade do auditor envolve emitir uma opinião a respeito das demonstrações contábeis. Além disso que a administração e a governança da entidade são os responsáveis pela prevenção de fraudes, pela valorização do comportamento ético dos empregados e por criar uma cultura de honestidade na organização. Além disso, relata que o auditor deve fornecer segurança razoável a terceiros ao emitir sua opinião a respeito de determinada entidade.

Fica claro na NBC TA 700 que o auditor deve se responsabilizar por emitir uma opinião errônea, mas essa responsabilidade pela opinião carrega consigo o “risco de auditoria”, que envolve os riscos: de detecção, inerente e o de controle.

Está expresso também na NBC TA 700 que o risco de detecção se resume ao auditor não encontrar uma distorção relevante nas demonstrações, corresponde ao risco de não avaliar corretamente os outros dois riscos a seguir e assim acabar emitindo um erro de opinião em seu relatório. O risco inerente existe independentemente de existir controle interno na entidade. O de controle envolve o fato de o controle interno não detectar uma distorção em uma conta e de não corrigi-la em tempo hábil.

2.4 Fraude

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Interpretação Técnica, NBC TA 240, fraude diz respeito à omissão ou manipulação de dados, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis, podendo ser caracterizada por falsificação, apropriação indébita de ativos, supressão de transações, falta de comprovantes de transações e aplicação de práticas contábeis indevidas.

De acordo com a NBC TA 240, o que difere fraude de erro é o fato de ser intencional ou não a ação que resulta na distorção. A fraude ocorre intencionalmente, enquanto que o erro não. Kury e Rosa (2001, p. 362) definem fraude como “[...] engano, burla, logro, má-fé; contrabando; adulteração, falsificação”, enquanto que o erro é definido como “[...] ato ou efeito de errar; juízo faltoso, engano, incorreção; desvio do bom caminho, do caminho reto; falta, culpa; desregramento no proceder”.

Conforme a Lei n. 4.502/64, artigo 72: “Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do Imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento”.

2.5 A responsabilidade do auditor

A NBC TA 240 aborda que “cabe à administração a responsabilidade de prevenir e detectar fraudes ou erros através da implantação e operação contínua de sistemas contábeis e de controle internos adequados” e também que “o auditor não é responsável nem pode ser responsabilizado pela prevenção de fraudes ou erros”.

Ainda que não seja responsável pela prevenção de fraudes, o auditor deve planejar seu trabalho de forma a avaliar os riscos, e se caso ele avaliar que exista a possibilidade de distorções deve estender seus procedimentos e seu trabalho até emitir sua opinião confirmando ou não a possibilidade.

O Código Civil Brasileiro – Lei n. 10.406, no artigo 186, prevê que o prejuízo a outrem por meio de omissão voluntária, negligência ou imprudência é um ato ilícito de “conduta moral”. Em caso de questionar o trabalho do auditor emitido de maneira errônea, deverá se analisar os meios que ele utilizou para chegar àquele resultado e não o fim em si. Se o auditor não estava em conluio com a entidade e realizou seu trabalho de acordo com as normas técnicas e com a ética e ainda assim existiu a fraude, ele não deverá ser considerado

culpado, mas caso contrário falhe em algum desses aspectos, com dolo ou não, o auditor se responsabiliza por seu trabalho.

3 METODOLOGIA

O questionário foi o instrumento de coleta de dados escolhido, pois propicia a geração de conhecimento necessário para atingir o objetivo desta pesquisa. Aplicado no início do semestre letivo, no mês de Março de 2016, na Universidade de Brasília (UnB) para alunos do curso de Ciências Contábeis, a amostra total de 132 pessoas tinha como pré-requisito haver cursado a disciplina de Auditoria I. Sendo assim, a aplicação deste questionário foi realizada nas turmas de Auditoria II, Contabilidade de Companhias Abertas, Auditoria Aplicada ao Setor Público e Laboratório Contábil. O tempo de resposta em média dos alunos foi de sete minutos e não houve nenhuma dúvida durante à aplicação, assim como nenhuma informação foi acrescentada.

Na aplicação foram utilizados dois tipos de questionários, onde a ordem das questões foi alterada com a finalidade de verificar se a ordem afetaria o resultado (vide Apêndices “A” e “B”), uma vez que no questionário tipo 1 o respondente se prepara para responder os casos práticos, enquanto que no tipo 2 este já se depara com os casos práticos primeiramente e em seguida pode fazer uma reflexão de suas respostas para responder as sentenças.

O questionário é composto por três partes. A primeira delas visa conhecer as características de quem responde, ao perguntar dados pessoais: gênero, semestre, idade, se pretende trabalhar ou trabalha na área de Auditoria e se cursou ou está cursando a disciplina de Auditoria I. Este último quesito certifica se atendem ao pré-requisito da pesquisa, os demais para analisar se algumas dessas características afetariam nas respostas.

Em seguida, de acordo com o questionário tipo 1, a parte dois, com três sentenças formuladas para que o questionado se posicionasse quanto à responsabilidade do auditor. As respostas poderiam variar de acordo com a escala Likert de 0-Discordo Totalmente a 4-Concordo totalmente. A primeira sentença foi retirada da NBC TA 200. A segunda, do site do IBRACON em uma reportagem denominada: “O pecado original dos auditores brasileiros”. E a terceira foi criada pela autora deste trabalho. As fontes foram omitidas para não induzir as respostas. O conjunto dessas frases resulta na avaliação do aluno quanto à credibilidade ou não do auditor.

A última parte apresenta cinco casos verídicos, que foram escolhidos e transformados em proposições. Os dados de identificação foram omitidos para não influenciar na resposta. A finalidade era verificar a reação do respondente a situações práticas sobre a responsabilidade da auditoria em casos de fraude.

No primeiro caso, o Banco BVA estava em processo de falência, então KPMG foi condenada a ressarcir um investidor que alegou ter aplicado certa quantia por confiar no balanço auditado pela firma de auditoria

O segundo caso refere-se à empresa indiana Satyam, no qual o fundador da empresa admitiu ter inflado os resultados da empresa, várias pessoas foram presas, inclusive os auditores da PwC, que confessaram conluio com a fraude contábil para atrair mais investidores.

No terceiro caso, a empresa de comércio eletrônico Cnova identificou uma quadrilha de funcionários que desviava produtos do centro de distribuição no Brasil. A empresa de auditoria não identificou essas distorções.

O quarto caso refere-se ao escândalo envolvendo a FIFA. A empresa de auditoria aprovou os balanços sem ressalvas, alegando que o sistema estava de acordo com as normas internacionais, porém não estava. Além disso, os auditores não identificaram um pagamento de cunho pessoal no valor de US\$10 milhões.

No quinto caso, a PwC foi condenada a reparar ex-controladores do Banco Noroeste por negligência, uma vez que não identificou um desvio de aproximadamente US\$242 milhões nas contas dessa instituição financeira.

Por fim, os dados foram tabulados no Excel e em seguida inseridos no programa Gretl para transformar as opiniões e informações em números estatísticos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados coletados a partir do programa estatístico Gretl permitiu uma descrição da amostra (vide Apêndice “C”), assim como a identificação de variáveis significativas desse estudo por meio das estatísticas descritivas.

4.1 Descrição da amostra

A distribuição da frequência de gênero corresponde a 52,27% para o sexo feminino e de 47,73% para o sexo masculino. O semestre variou entre o 5º e o 14º, sendo que o maior volume de respostas ocorreu entre o 7º, 8º e 9º (o somatório desses três semestres corresponde a 80,78% dos questionários). A média dos semestres foi de 8, assim como a mediana. O desvio padrão dos semestres foi de aproximadamente 1,44, o que significa que os dados tendem a estar próximos da média.

A média calculada para a idade foi de aproximadamente 23 anos, sendo a idade mínima de 19 anos e a máxima de 47 anos. A mediana foi de 22 anos e o desvio padrão da idade assim como o do semestre foram baixos, o que corresponde a aproximadamente 3,90. O enviesamento encontrado foi de 2,82 o que corresponde a uma curva assimétrica a direita. A curtose foi de 11,29, o que significa que os dados estão concentrados em relação a média.

O pré-requisito para este questionário era ter cursado a disciplina de Auditoria 1, sendo assim, 100% da amostra cursou. A distribuição de frequência para quem deseja trabalhar na área de auditoria contábil foi de exatamente 50% para sim e não. Outro dado coletado foi a distribuição de frequência dos tipos de questionário, o tipo 1 obteve 62,88% de respostas, enquanto o tipo 2 obteve 37,12%. A quantidade obtida de cada tipo de questionário foi discrepante devido a um problema de distribuição.

Para melhor compreensão, segue abaixo um gráfico sobre a descrição da amostra.

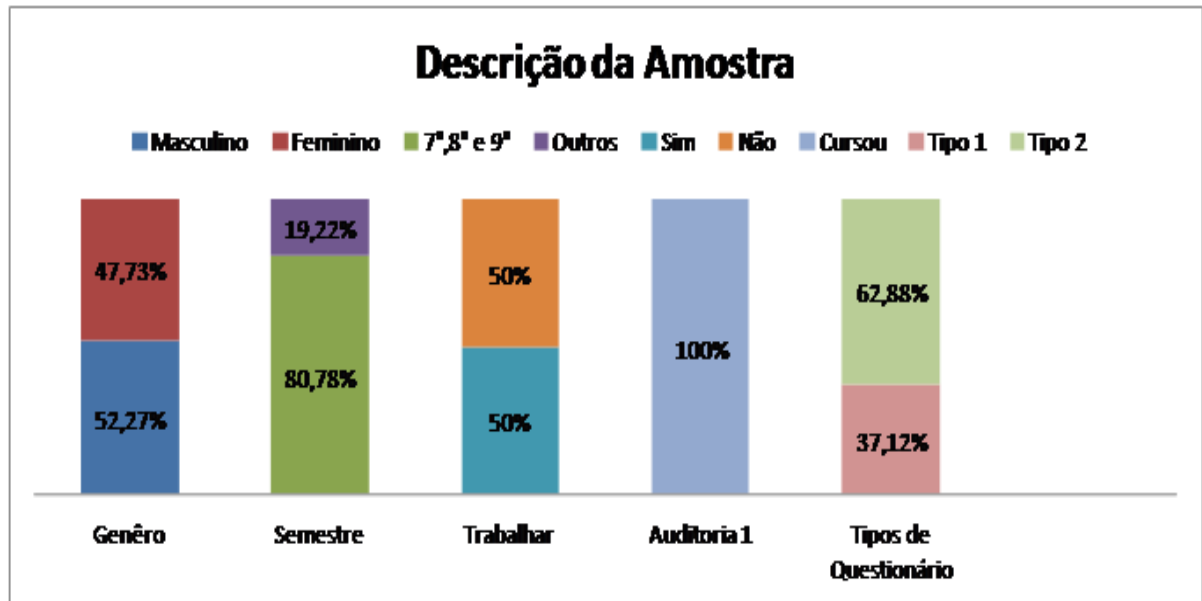


Gráfico 1 – Descrição da amostra.

Fonte: Da autora.

4.2 Descrição da estatística descritiva em ser favorável ou não à empresa de auditoria

Nessa etapa, valores foram agregados às questões de 1 a 3, sendo que a soma das respostas poderiam variar de 0 a 12. Neste estudo os valores observados variaram entre o mínimo de 2 e o máximo de 11. Quanto maior o resultado, mais favorável o respondente é a auditoria, ou seja, que esta não deve ser considerada culpada nos casos de fraude. A média foi de aproximadamente 6, assim como a mediana. O desvio padrão foi baixo, assim como no semestre e na idade, no valor de aproximadamente 1,98. O enviesamento foi de 0,16 e a curtose de -0,57 significa que os dados estão mais dispersos.

A questão 1, como já mencionado na metodologia, foi retirada da NBC TA 200, o que pode caracterizar o número considerável (86,37%) de respostas entre 3 (concordo) e 4 (concordo totalmente). Já a questão 2, teve uma divisão (dispersão) com relação as respostas, a maior frequência foi de 29,55% para 1 (Discordo). A questão 3 obteve 69,7% das respostas entre Discordo e Discordo Totalmente.

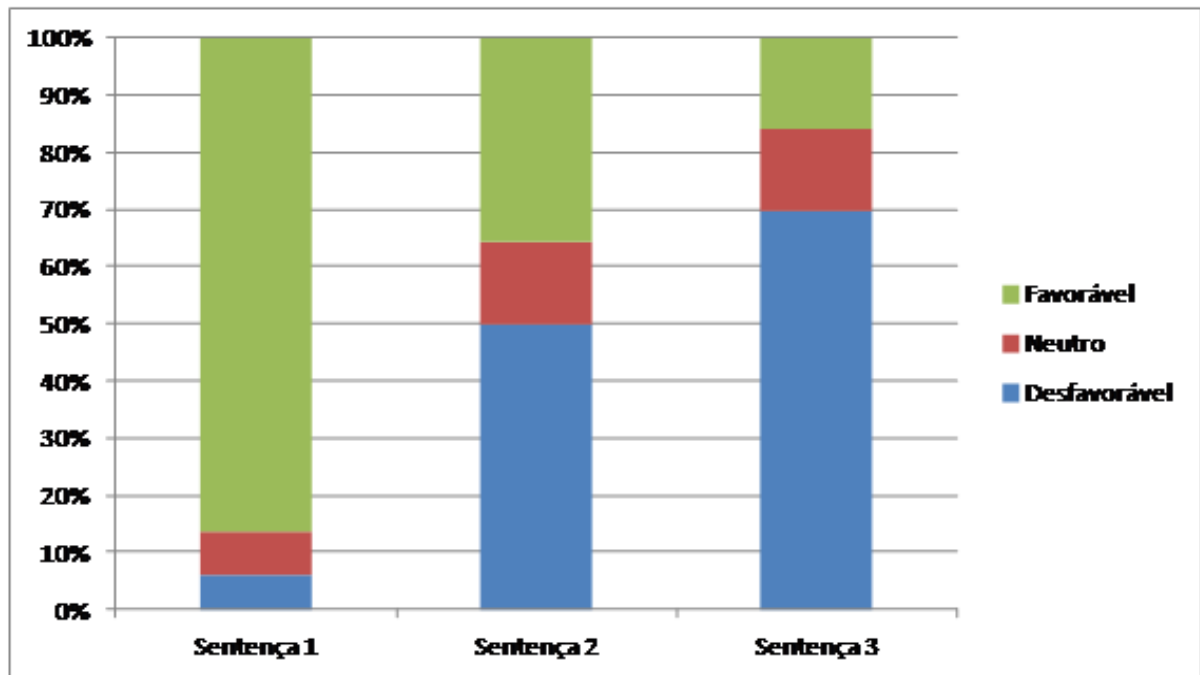


Gráfico 2 – Descrição da estatística descritiva em ser favorável ou não à empresa de auditoria.

Fonte: Da autora.

4.3 Descrição da frequência dos casos envolvidos no questionário

Também foram agregados valores às respostas nessa etapa. As respostas variam entre A e B, sendo que A corresponde: a favorável a auditoria (não é culpada) com valor de 1 e B : a desfavorável (a auditoria deve ser culpada) com valor de 0. Não existia uma resposta correta para cada uma dessas respostas. A frequência para o Total de Casos apresentou as extremidades como mínimo (0) e máximo (5). Para 0 existiram 22 respostas; para 1, 26; para 2, 47; para 3, 26; para 4, 6; e para 5, 5 respostas, ou seja, a maior quantidade de respostas (71,97%) foi para que a auditoria deveria ser responsabilizada.

Um fato importante a ser ressaltado é que a distribuição de frequência foi maior para 0 (auditoria deve ser culpada) em todos os casos a serem analisados. Somente no caso 3 e no 4, a dispersão não foi tão grande entre as respostas. No caso da questão 3, 51,52% assinalaram 0, e no caso 4, 57,58% marcaram 0, os demais foram bem dispersos.

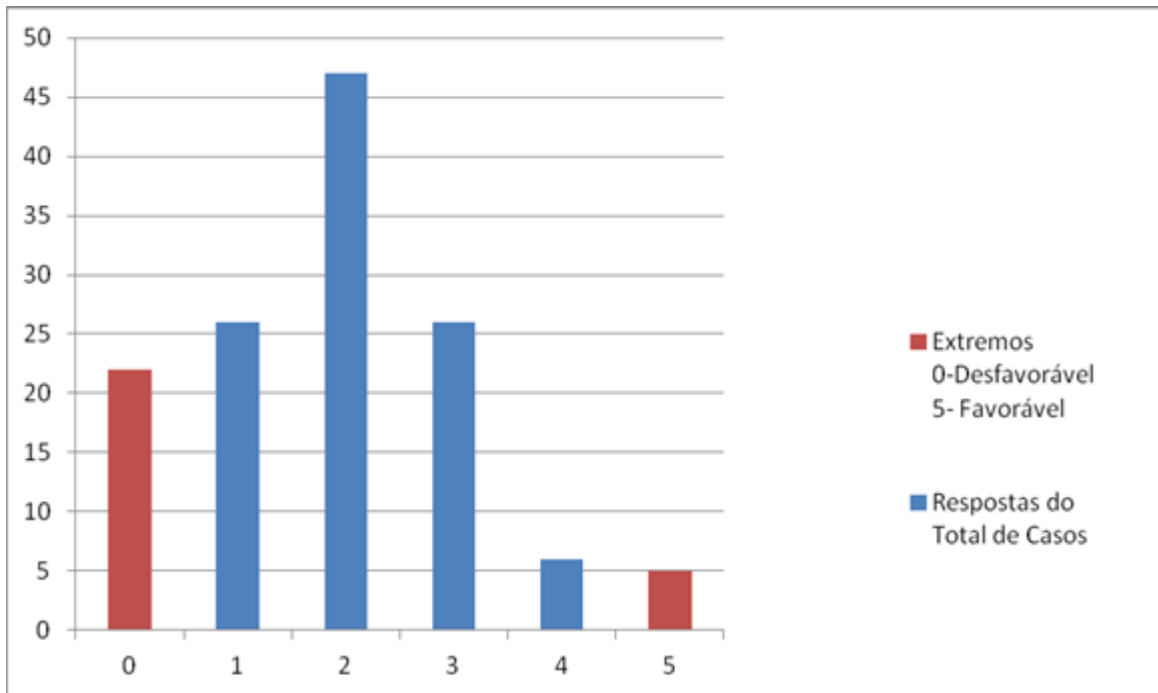


Gráfico 3 – Descrição da frequência dos casos envolvidos no questionário.

Fonte: Da autora.

4.4 Resultado da análise de dados

Uma correlação entre a quantidade de favorável e o total de casos foi realizada no programa Gretl,, o mínimo de significância seria um valor de 0,17 para a positividade do “viés de confirmação”, e o valor real foi de 0,33 de significância, ou seja, existe uma relação entre o total de casos e o respondente ser favorável ou não a auditoria.

A seguir foi realizada uma regressão, tendo a soma das respostas dos casos práticos (TODOS OS CASOS) como variável dependente e as variáveis: MASCULINO, SEMESTRE, IDADE, TRABALHA, SENTENÇA 1, SENTENÇA2, SENTENÇA 3 e QUESTIONÁRIO como variáveis independentes. O resultado obtido encontra-se a seguir.

Tabela 1 – Modelo 1: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128).

| Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas | | 4 | | |
|--|---------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| Variável dependente | | TotalCaos | | |
| | Coefficiente | Erro Padrão | razão-t | p-valor |
| Masculino | 0,1010 | 0,2181 | 0,4632 | 0,6441 |
| Semestre | -0,0356 | 0,0770 | -0,4630 | 0,6442 |
| Idade | 0,0483 | 0,0284 | 1,6993 | 0,0919 * |
| Trabalha | 0,2132 | 0,2177 | 0,9795 | 0,3293 |
| Sentença 1 | 0,0156 | 0,1120 | 0,1400 | 0,8889 |
| Sentença 2 | 0,2431 | 0,0810 | 3,0023 | 0,0033 *** |
| Sentença 3 | 0,3498 | 0,0934 | 3,7445 | 0,0003 *** |
| Questionário | -0,0127 | 0,2373 | -0,0539 | 0,9571 |
| Média var. dependente | 1,8671 | D.P. var. dependente | 1,2697 | |
| Soma resíd. quadrados | 172,2381 | E.P. da regressão | 1,1980 | |
| R-quadrado | 0,7354 | R-quadrado ajustado | 0,7199 | |
| F(8, 120) | 41,6947 | P-valor(F) | 3,62e-31 | |
| Log da verossimilhança | -200,6224 | Critério de Akaike | 417,2448 | |
| Critério de Schwarz | 440,0610 | Critério Hannan-Quinn | 426,5151 | |

Fonte: Da autora.

Como é possível notar, as variáveis: idade, sentença 2 e Sentença 3 foram significativas, com p-valor menor que 10%. A regressão apresentou um Fc de 41,69, significativo. Omitindo as variáveis com baixo p-valor, usando como critério um p-valor bilateral de 0,10, obteve-se o resultado que se segue.

Tabela 2 – Modelo 2: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128).

| Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas | | 4 | | |
|---|--------------|-----------------------|----------|--------------|
| Variável dependente | | TotalCaos | | |
| | Coefficiente | Erro Padrão | razão-t | p-valor |
| Idade | 0,0430 | 0,0081 | 5,2670 | <0,0001 *** |
| Sentença 2 | 0,2537 | 0,0782 | 3,2428 | 0,0015 *** |
| Sentença 3 | 0,3576 | 0,0860 | 4,1536 | <0,0001 **** |
| Média var. dependente | 1,8671 | D.P. var. dependente | 1,2697 | |
| Soma resíd. quadrados | 174,2740 | E.P. da regressão | 1,1807 | |
| R-quadrado | 0,7322 | R-quadrado ajustado | 0,7280 | |
| F(3, 125) | 113,9790 | P-valor(F) | 1,30e-35 | |
| Log da verossimilhança | -201,3744 | Critério de Akaike | 408,7489 | |
| Critério de Schwarz | 417,3050 | Critério Hannan-Quinn | 412,2253 | |

Fonte: Da autora.

Como é possível notar, somente as variáveis: Idade, Sentença 2 e Sentença 3 foram significativas, com um sinal do coeficiente angular positivo. Ou seja, quanto maior a idade, o grau de concordância com a frase 2 e a frase 3, maior a aceitação por parte do respondente da não culpabilidade da auditoria nos casos práticos.

Calculou-se também o resultado do TOTAL DE CASOS somente pelas características do respondente (gênero, semestre, idade e se trabalha) ou o tipo de questionário. O resultado da regressão encontra-se a seguir.

Tabela 3 – Modelo 3: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128).

| Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas | | 4 | | |
|---|--------------|-----------------------|----------|-----------|
| Variável dependente | TotalCaos | | | |
| | Coefficiente | Erro Padrão | razão-t | p-valor |
| Masculino | 0,2085 | 0,2349 | 0,8878 | 0,3764 |
| Semestre | 0,0399 | 0,0814 | 0,4909 | 0,6244 |
| Idade | 0,0607 | 0,0282 | 2,1518 | 0,0334 ** |
| Trabalha | 0,4193 | 0,2305 | 1,8186 | 0,0714 * |
| Questionário | -0,3001 | 0,2473 | -1,2136 | 0,2272 |
| Média var. dependente | 1,8671 | D.P. var. dependente | 1,2697 | |
| Soma resíd. quadrados | 209,6163 | E.P. da regressão | 1,3054 | |
| R-quadrado | 0,6780 | R-quadrado ajustado | 0,6675 | |
| F(5, 123) | 51,7996 | P-valor(F) | 1,14e-28 | |
| Log da verossimilhança | -213,1920 | Critério de Akaike | 436,3840 | |
| Critério de Schwarz | 450,6442 | Critério Hannan-Quinn | 442,1780 | |

Fonte: Da autora.

Somente as variáveis: idade e trabalha foram significativas. A regressão é expressiva, com Fc de 51,80 (p-valor = 0,000). Usando somente as variáveis com um p-valor bilateral abaixo de 0,1 (método stepwise) tem-se:

Tabela 4 – Modelo 4: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128).

| Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas | | 4 | | | |
|---|--------------|-----------------------|----------|---------|-----|
| Variável dependente | | TotalCaos | | | |
| | Coefficiente | Erro Padrão | razão-t | p-valor | |
| Idade | 0,0706 | 0,0068 | 10,3597 | <0,0001 | *** |
| Trabalha | 0,4296 | 0,2243 | 1,9153 | 0,0577 | * |
| Média var. dependente | 1,8671 | D.P. var. dependente | 1,2697 | | |
| Soma resíd. quadrados | 213,3001 | E.P. da regressão | 1,3010 | | |
| R-quadrado | 0,6723 | R-quadrado ajustado | 0,6697 | | |
| F(3, 125) | 129,2784 | P-valor(F) | 2,96e-31 | | |
| Log da verossimilhança | -214,3070 | Critério de Akaike | 432,6140 | | |
| Critério de Schwarz | 438,3180 | Critério Hannan-Quinn | 434,9316 | | |

Fonte: Da autora.

Ou seja, quanto maior a idade, mais favorável a não culpar a auditoria pelos erros cometidos. E se o respondente pretende trabalhar na área de auditoria contábil tende também a não imputar falha na empresa de auditoria nos casos práticos.

Este mesmo procedimento foi realizado para cada situação prática apresentadas nos estudos de caso.

4.4.1 Situação 1

Tabela 5 – Modelo 5: MQO, usando as observações 1-132 (n = 127).

| Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas | | 5 | | | |
|--|---------------------|-----------------------|----------------|----------------|-----|
| Variável dependente | | Caso 1 | | | |
| | Coefficiente | Erro Padrão | razão-t | p-valor | |
| Idade | 0,0194 | 0,0029 | 6,6874 | <0,0001 | *** |
| Questionário | -0,1844 | 0,0857 | -2,1519 | 0,0333 | ** |
| Média var. dependente | 0,3307 | D.P. var. dependente | 0,4723 | | |
| Soma resíd. quadrados | 26,7690 | E.P. da regressão | 0,4627 | | |
| R-quadrado | 0,3626 | R-quadrado ajustado | 0,3575 | | |
| F(2, 125) | 35,5609 | P-valor(F) | 5,94e-13 | | |
| Log da verossimilhança | -81,3394 | Critério de Akaike | 166,6790 | | |
| Critério de Schwarz | 172,3674 | Critério Hannan-Quinn | 168,9901 | | |

Fonte: Da autora.

Para o Caso 1, somente as variáveis: Idade e Questionário foram significativas. A idade possui coeficiente positivo, ou seja, quanto maior a Idade, mais favorável ao auditor. Já o questionário apresentou coeficiente negativo, a ordem dos questionários afetou as respostas dos alunos para este caso como desfavorável a auditoria.

4.4.2 Situação 2

Tabela 6 – Modelo 6: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128).

| Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas | | 4 | | | |
|--|---------------------|-----------------------|----------------|----------------|-----|
| Variável dependente | | Caso 2 | | | |
| | Coefficiente | Erro Padrão | razão-t | p-valor | |
| Idade | 0,0137 | 0,0032 | 4,2840 | <0,0001 | *** |
| Trabalha | 0,1515 | 0,0792 | 1,9118 | 0,0582 | * |
| Questionário | -0,1721 | 0,0849 | -2,0266 | 0,0448 | ** |
| Média var. dependente | 0,2968 | D.P. var. dependente | 0,4586 | | |
| Soma resíd. quadrados | 26,2099 | E.P. da regressão | 0,4579 | | |
| R-quadrado | 0,3102 | R-quadrado ajustado | 0,2992 | | |
| F(3, 125) | 18,7428 | P-valor(F) | 4,21e-10 | | |
| Log da verossimilhança | -80,1271 | Critério de Akaike | 166,2544 | | |
| Critério de Schwarz | 174,8105 | Critério Hannan-Quinn | 169,7307 | | |

Fonte: Da autora.

Para o Caso 2, somente as variáveis: Idade, Trabalha e Questionário foram significativas. Devido ao coeficiente positivo, quanto maior a idade e se o aluno pretende trabalhar na área de Auditoria, mais favorável é ao Auditor. A ordem dos questionários nesse quesito afetou o entendimento e as respostas neste caso, para desfavorável a auditoria.

4.4.3 Situação 3

Tabela 7 – Modelo 7: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128).

| Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas | | 4 | | | |
|--|---------------------|-----------------------|----------------|----------------|-----|
| Variável dependente | | Caso 3 | | | |
| | Coefficiente | Erro Padrão | razão-t | p-valor | |
| Idade | 0,0166 | 0,0026 | 6,2636 | <0,0001 | *** |
| Trabalha | 0,1490 | 0,0876 | 1,7002 | 0,0916 | * |
| Média var. dependente | 0,4687 | D.P. var. dependente | 0,5009 | | |
| Soma resíd. quadrados | 32,5721 | E.P. da regressão | 0,5084 | | |
| R-quadrado | 0,4571 | R-quadrado ajustado | 0,4528 | | |
| F(2, 126) | 53,0499 | P-valor(F) | 1,93e-17 | | |
| Log da verossimilhança | -94,0355 | Critério de Akaike | 192,0711 | | |
| Critério de Schwarz | 197,7752 | Critério Hannan-Quinn | 194,3887 | | |

Fonte: Da autora.

Para o Caso 3, somente as variáveis: Idade e Trabalha foram significativas. Ambos possuem coeficiente positivo, o que se resume aos respondentes se encontrarem favorável a auditoria, quanto maior idade e se pretende trabalhar.

4.4.4 Situação 4

Tabela 8 – Modelo 8: MQO, usando as observações 1-132 (n = 128).

| Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas | | 4 | | | |
|--|---------------------|-----------------------|----------------|----------------|-----|
| Variável dependente | | Caso 4 | | | |
| | Coefficiente | Erro Padrão | razão-t | p-valor | |
| Idade | 0,0133 | 0,0031 | 4,2511 | <0,0001 | *** |
| Questionário | 0,1961 | 0,0920 | 2,1315 | 0,0350 | ** |
| Média var. dependente | 0,4375 | D.P. var. dependente | 0,4980 | | |
| Soma resíd. quadrados | 31,2628 | E.P. da regressão | 0,4981 | | |
| R-quadrado | 0,4417 | R-quadrado ajustado | 0,4373 | | |
| F(2, 126) | 49,8497 | P-valor(F) | 1,12e-16 | | |
| Log da verossimilhança | -91,4096 | Critério de Akaike | 186,8194 | | |
| Critério de Schwarz | 192,5234 | Critério Hannan-Quinn | 189,1370 | | |

Fonte: Da autora.

Para o caso 4, somente as variáveis: Idade e Questionário foram significativas, apresentando coeficiente posito. Quanto maior a Idade, mais favorável ao auditor. A ordem do questionário tipo 2 favoreceu também a auditoria.

4.4.5 Situação 5

Tabela 9 – Modelo 9: MQO, usando as observações 1-132 (n = 127).

| | | | | |
|--|---------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas | 5 | | | |
| Variável dependente | Caso 5 | | | |
| | Coefficiente | Erro Padrão | razão-t | p-valor |
| Idade | 0,0132 | 0,0017 | 7,4536 | <0,0001 *** |
| Média var. dependente | 0,3070 | D.P. var. dependente | 0,4631 | |
| Soma resíd. quadrados | 27,066 | E.P. da regressão | 0,4634 | |
| R-quadrado | 0,3059 | R-quadrado ajustado | 0,3059 | |
| F(1, 126) | 55,5556 | P-valor(F) | 1,28e-11 | |
| Log da verossimilhança | -82,0401 | Critério de Akaike | 166,0803 | |
| Critério de Schwarz | 168,9245 | Critério Hannan-Quinn | 167,2359 | |

Fonte: Da autora.

Para o Caso 5, somente a variável Idade foi significativa. Quanto maior a idade, mais favorável ao auditor.

4.4.6 Análise geral dos modelos de 5 a 9

Quadro 1 – Análise geral dos modelos de 5 a 9.

| Modelo | Idade | Trabalha | Questionário |
|---------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Modelo 5 | + | | + |
| Modelo 6 | + | + | + |
| Modelo 7 | + | + | |
| Modelo 8 | + | | + |
| Modelo 9 | + | | |

Fonte: Da autora.

O Quadro 1 diz respeito a três fatores relevantes que auxiliaram a confirmar o Viés de Confirmação. O quesito Idade foi fundamental, uma vez que, em todos os casos analisados, quanto maior a idade, maior a tendência de ser mais favorável a auditoria. Sendo assim,

quanto menor a idade, mais desfavorável à auditoria, maior a probabilidade de condenar o trabalho do auditor.

A ordem alterada do questionário também foi significativa nas respostas do Modelo 5, 6 e 8, o que corroborou também a existência do Viés de Confirmação, a tendência de respostas ao se deparar com o questionário tipo 2 era ser favorável a auditoria, assim como o fato de o respondente pretender Trabalhar ou não na área de Auditoria Contábil.

Quadro 2 – Total de respostas do Total de Casos.

| Casos | Deve ser culpado | Não deve ser culpado |
|--------------|-------------------------|-----------------------------|
| Caso 1 | 88 | 43 |
| Caso 2 | 93 | 39 |
| Caso 3 | 68 | 64 |
| Caso 4 | 76 | 56 |
| Caso 5 | 90 | 41 |

Fonte: Da autora.

Em todos os casos a quantidade de respondentes que condenam o auditor é superior aos que o declaram como inocente. Os casos 3 e o 4 não apresentaram grande dispersão nas respostas quanto os demais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi averiguar, por meio dos questionários, se o “Viés da Confirmação” se aplica aos alunos de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, com relação ao tema “Responsabilidade do Auditor Independente”.

Ainda que a maioria dos respondentes apresentasse conhecimento a respeito das leis e das normas profissionais, de que os auditores não são os responsáveis pela prevenção de fraudes, e sim a administração, nos casos concretos analisados a maioria foi desfavorável aos auditores, ou seja, a crença de grande parte era de que eles deveriam ser condenados.

Como mencionado anteriormente, o viés de confirmação é a tendência de fornecer maior credibilidade àquilo que confirma crenças e pensamentos pessoais, negando informações que possam contradizer o mesmo. Um dos fatores que auxiliou na positividade deste viés, foi a análise do Modelo 2, no qual, duas das três variáveis relacionaram o total de casos as sentenças 2 e 3, ou seja, a tendência dos respondentes que afirmaram ser favoráveis a auditoria, não os condenou ao analisar o total de casos.

Além disso, neste trabalho, o mínimo necessário para essa amostra confirmar o viés, seria um coeficiente de correlação de 0,17 que relacionasse o total de casos com ser favorável ou desfavorável. Este coeficiente resultou em 0,33, ou seja, o viés é positivo para o tema de Responsabilidade do Auditor Independente em parte significativa dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília.

Em pesquisas posteriores, este tema poderá ser aprofundado e aplicado para todos os estudantes, independente de cursarem Contabilidade, para obter uma visão de toda a sociedade, inclusive dos que desconhecem as normas contábeis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC 1203/09 – NBC TA 200** (Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria). Brasília, 2009 Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1203.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CARVALHO, D. R. Fraude ou erro – O conceito. 2010. In: **Contabilidade & Habilidades**, 2010. Disponível em: <<http://conthabeis.blogspot.com.br/2010/07/fraude-ou-erro-o-conceito.html>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Breves considerações acerca da auditoria interna e externa. In: **CFC**, 2013. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=8435>>. Acesso em: 26 maio 2016.

FRANCO, H., MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTOS, A. Casino detecta roubo dentro de casa. In: **Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo**, 2015. Disponível em: <<http://www.sbv.com.br/2014/2029524-casino-detecta-roubo-dentro-de-casa/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MCRANEY, D. **Você não é tão esperto quanto pensa**. São Paulo: Leya, 2013.

MYERS, D. **Psicologia social**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

PILAU, S. O viés da confirmação. In: **LinkedIn**, 2016. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/o-vi%C3%A9s-da-confirma%C3%A7%C3%A3o-silvio-pilau>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

PORTO, F. Viés da confirmação. In: **Dr. Frederico Porto**, 2014. Disponível em: <<http://fredericoporto.com.br/vies-da-confirmacao/>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

REEVELL, J. Entenda o escândalo de corrupção na FIFA. In: **BBC Brasil**, 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150527_entenda_fifa_lab>. Acesso em: 23 jan. 2016.

TI INSIDE ON LINE. Polícia da Índia prende auditores da PwC por fraude da Satyam. In: **TI Inside On Line**, 2009. Disponível em: <<http://convergecom.com.br/tiinside/30/01/2009/policia-da-india-prende-auditores-da-pwc-por-fraude-da-satyam/>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

TORRES, F. KPMG é condenada a ressarcir perda de investidor do BVA. In: **Valor Econômico**, 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/3934904/kpmg-e-condenada-ressarcir-perda-de-investidor-do-bva>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO – TJSP. TJSP condena empresa de auditoria por fraude contábil no Banco Noroeste. In: **TJSP**, s. d. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100666215/tjsp-condena-empresa-de-auditoria-por-fraude-contabil-no-banco-noroeste>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE “A” – QUESTIONÁRIO



Questionário

Olá, me chamo Ana Carolina. Para concluir meu curso de Ciências Contábeis preciso de sua colaboração. Por favor, responda este questionário conforme sua opinião. Esclareço que não há respostas predefinidas como certas ou erradas.

Gênero: () Masculino () Feminino

Semestre: _____ Idade: _____ anos

Já cursou a disciplina de Auditoria I? () Sim () Não () Estou cursando

Pretende trabalhar na área de auditoria? () Sim () Não () Já trabalha

De acordo com sua opinião, marque uma enumeração na escala de 0 – 4 para cada sentença abaixo. Sendo 0- Discordo Totalmente e 4- Concordo Totalmente.

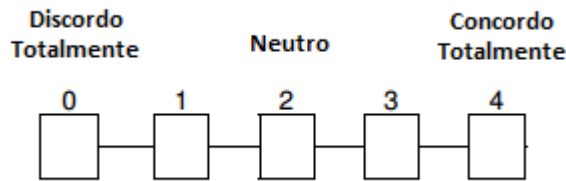
01) A principal responsabilidade pela detecção e prevenção de fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e de sua administração.

| | | | | |
|----------------------------|---|---------------|----------------------------|---|
| Discordo Totalmente | | Neutro | Concordo Totalmente | |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| | | | | |

02) O auditor não é garantidor da inexistência de erros ou fraudes nas demonstrações contábeis, não é um certificador da autenticidade do balanço e nem avalista das demonstrações da entidade que audita.

| | | | | |
|----------------------------|---|---------------|----------------------------|---|
| Discordo Totalmente | | Neutro | Concordo Totalmente | |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| | | | | |

03) Ao constatar distorções relevantes em demonstrações contábeis após emissão de um parecer de auditoria sem ressalva, o auditor não deve ser responsabilizado.



Para cada um dos casos abaixo, marque se a empresa de auditoria deveria ou não deveria ser considerada culpada:

Caso 1- Baseado na emissão de um parecer sem ressalvas emitido por uma empresa de auditoria sobre as demonstrações contábeis do Banco Y, um investidor aplicou R\$ 3,6 milhões em CDBs na instituição financeira. Concomitantemente a esta transação, havia um processo de falência deste banco. Caso o investidor ingresse na justiça contra a empresa de auditoria, em sua opinião, qual deveria ser a decisão judicial?

- a) A empresa de auditoria não deveria ser culpada.
- b) A empresa de auditoria deveria ser culpada.

Caso 2- O fundador de uma empresa X admitiu ter inflado os resultados durante anos, cerca de US\$ 1 bilhão, e foi condenado por falsificação, quebra de confiança e apropriação indevida de documentos. A auditoria desta instituição foi sempre realizada pela mesma empresa.

- a) A empresa de auditoria não deveria ser culpada.
- b) A empresa de auditoria deveria ser culpada.

Caso 3- Uma grande empresa de varejo apurou vendas líquidas de janeiro a setembro de 2,53 bilhões de euros no ano T. Nesta empresa, uma quadrilha de funcionários desviaram produtos de centros de distribuição num espaço de 3 a 5 anos, no valor de aproximadamente 12,68 milhões de euros. Durante este período, o grupo de auditores independentes era o mesmo e não identificou nenhuma distorção.

- a) A empresa de auditoria não deveria ser culpada.
- b) A empresa de auditoria deveria ser culpada.

Caso 4- Um evento mundial teve seu balanço aprovado de acordo com as normas contábeis por uma empresa de auditoria com lucro operacional no valor de US\$338 milhões. Em seguida, descobriu-se um escândalo envolvendo este evento (valor estimado em mais de US\$37 milhões). Além do prejuízo, um pagamento no valor de US\$ 10 milhões a um terceiro em nome do evento não foi identificado.

- a) A empresa de auditoria não deveria ser culpada.
- b) A empresa de auditoria deveria ser culpada.

Caso 5- Uma consultoria B de auditoria foi condenada a pagar US\$6milhões de indenização por não identificar um desvio de US\$ 242 milhões em um banco Alfa, valor correspondente a aproximadamente 47,44% do patrimônio líquido da instituição financeira. A empresa B recorreu dessa decisão e alegou que o dever de fiscalizar diz respeito aos próprios donos do banco, uma vez que controlavam a instituição.

- a) A empresa de auditoria não deveria ser culpada.
- b) A empresa de auditoria deveria ser culpada.

APÊNDICE “B” – QUESTIONÁRIO



Questionário

Olá, me chamo Ana Carolina. Para concluir meu curso de Ciências Contábeis preciso de sua colaboração. Por favor, responda este questionário conforme sua opinião. Esclareço que não há respostas predefinidas como certas ou erradas.

Gênero: () Masculino () Feminino

Semestre: _____ Idade: _____ anos

Já cursou a disciplina de Auditoria I? () Sim () Não () Estou cursando

Pretende trabalhar na área de auditoria? () Sim () Não () Já trabalha

Para cada um dos casos abaixo, marque se a empresa de auditoria deveria ou não deveria ser considerada culpada:

Caso 1- Baseado na emissão de um parecer sem ressalvas emitido por uma empresa de auditoria sobre as demonstrações contábeis do Banco Y, um investidor aplicou R\$ 3,6 milhões em CDBs na instituição financeira. Concomitantemente a esta transação, havia um processo de falência deste banco. Caso o investidor ingresse na justiça contra a empresa de auditoria, em sua opinião, qual deveria ser a decisão judicial?

- a) A empresa de auditoria não deveria ser culpada.
- b) A empresa de auditoria deveria ser culpada.

Caso 2- O fundador de uma empresa X admitiu ter inflado os resultados durante anos, cerca de US\$ 1 bilhão, e foi condenado por falsificação, quebra de confiança e apropriação indevida de documentos. A auditoria desta instituição foi sempre realizada pela mesma empresa.

- a) A empresa de auditoria não deveria ser culpada.
- b) A empresa de auditoria deveria ser culpada.

Caso 3- Uma grande empresa de varejo apurou vendas líquidas de janeiro a setembro de 2,53 bilhões de euros no ano T. Nesta empresa, uma quadrilha de funcionários desviaram produtos de centros de distribuição num espaço de 3 a 5 anos, no valor de aproximadamente 12,68 milhões de euros. Durante este período, o grupo de auditores independentes era o mesmo e não identificou nenhuma distorção.

- a) A empresa de auditoria não deveria ser culpada.
- b) A empresa de auditoria deveria ser culpada.

Caso 4- Um evento mundial teve seu balanço aprovado de acordo com as normas contábeis por uma empresa de auditoria com lucro operacional no valor de US\$338 milhões. Em seguida, descobriu-se um escândalo envolvendo este evento (valor estimado em mais de US\$37milhões). Além do prejuízo, um pagamento no valor de US\$ 10 milhões a um terceiro em nome do evento não foi identificado.

- a) A empresa de auditoria não deveria ser culpada.
- b) A empresa de auditoria deveria ser culpada.

Caso 5- Uma consultoria B de auditoria foi condenada a pagar US\$6milhões de indenização por não identificar um desvio de US\$ 242 milhões em um banco Alfa, valor correspondente a aproximadamente 47,44% do patrimônio líquido da instituição financeira. A empresa B recorreu dessa decisão e alegou que o dever de fiscalizar diz respeito aos próprios donos do banco, uma vez que controlavam a instituição.

- a) A empresa de auditoria não deveria ser culpada.
- b) A empresa de auditoria deveria ser culpada.

De acordo com sua opinião, marque uma enumeração na escala de 0 – 4 para cada sentença abaixo. Sendo 0- Discordo Totalmente e 4- Concordo Totalmente.

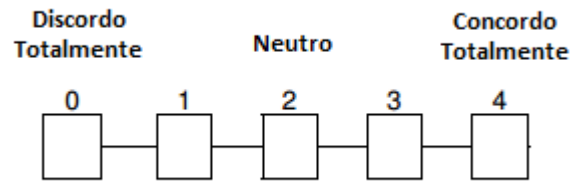
01) A principal responsabilidade pela detecção e prevenção de fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e de sua administração.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Discordo Totalmente | | Neutro | | Concordo Totalmente |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> | <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> | <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> | <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> | <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> |

02) O auditor não é garantidor da inexistência de erros ou fraudes nas demonstrações contábeis, não é um certificador da autenticidade do balanço e nem avalista das demonstrações da entidade que audita.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Discordo Totalmente | | Neutro | | Concordo Totalmente |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> | <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> | <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> | <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> | <input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> |

03) Ao constatar distorções relevantes em demonstrações contábeis após emissão de um parecer de auditoria sem ressalva, o auditor não deve ser responsabilizado.



APÊNDICE “C” – DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

Distribuição de frequência para Masculino, observações 1-132

| | 0 | 1 |
|-----------------------|-------|-------|
| Freq. | 69 | 63 |
| Rel.(%) | 52,27 | 47,73 |
| Acum.(%) | 52,27 | 100 |
| Observações Ausentes= | 0 | |

Distribuição de frequência para Semestre, observações 1-132

| | Freq. | Rel.(%) | Acum.(%) |
|----------------|-------|---------|----------|
| 5 | 4 | 3,08 | 3,08 |
| 6 | 6 | 4,62 | 7,69 |
| 7 | 42 | 32,31 | 40,00 |
| 8 | 31 | 23,85 | 63,85 |
| 9 | 32 | 24,62 | 88,46 |
| 10 | 9 | 6,92 | 95,38 |
| 11 | 4 | 3,08 | 98,46 |
| 13 | 1 | 0,77 | 99,23 |
| 14 | 1 | 0,77 | 100 |
| Obs. ausentes= | 2 | | |

Estatísticas Descritivas, usando as observações 1 – 132 para a variável Semestre (130 observações válidas)

| | |
|------------------------|----------|
| Média | 8,053785 |
| Mediana | 8,0000 |
| Mínimo | 5,000 |
| Máximo | 14,000 |
| Desvio Padrão | 1,43765 |
| C.V. | 0,178505 |
| Enviesamento | 0,816872 |
| Curtose Ex. | 2,14087 |
| Percentil de 5% | 6,0000 |
| Percentil de 95% | 10,4500 |
| Intervalo Interquartil | 2,0000 |
| Obs. Ausentes | 2 |

Distribuição de frequência para Idade, observações 1-132

| | Freq. | Rel.(%) | Acum.(%) |
|------------------|-------|---------|----------|
| 19 | 2 | 1,55 | 1,55 |
| 20 | 22 | 17,05 | 18,60 |
| 21 | 29 | 22,48 | 41,09 |
| 22 | 32 | 24,81 | 65,89 |
| 23 | 10 | 7,75 | 73,64 |
| 24 | 6 | 4,65 | 78,29 |
| 25 | 8 | 6,20 | 84,50 |
| 26 | 2 | 1,55 | 86,05 |
| 27 | 5 | 3,88 | 89,92 |
| 28 | 1 | 0,78 | 90,70 |
| 29 | 2 | 1,55 | 92,25 |
| 03 | 3 | 2,33 | 94,57 |
| 31 | 3 | 2,33 | 96,90 |
| 32 | 1 | 0,78 | 97,67 |
| 36 | 2 | 1,55 | 99,22 |
| 47 | 1 | 0,78 | 100 |
| Obs. ausentes= 3 | | | |

Estatísticas descritivas, usando as observações 1 – 132 para a variável 'Idade' (129 observações válidas)

| | |
|------------------------|---------|
| Média | 23,029 |
| Mediana | 22,000 |
| Mínimo | 19,000 |
| Máximo | 47,000 |
| Desvio Padrão | 3,8979 |
| C.V. | 0,16919 |
| Enviesamento | 2,8208 |
| Curtose Ex. | 11,298 |
| Percentil de 5% | 20,000 |
| Percentil de 95% | 31,000 |
| Intervalo Interquartil | 3,000 |
| Obs. Ausentes | 3 |

Todos cursaram a disciplina de Auditoria 1.

Distribuição de frequência para Trabalha, observações 1-132

| | 0 | 1 |
|-------------------------|-------|-------|
| Freq. | 66 | 66 |
| Rel. (%) | 50,00 | 50,00 |
| Acum. (%) | 50,00 | 100 |
| Observações Ausentes= 0 | | |

Distribuição de frequência para Questionário, observações 1-132

| | 0 | 1 |
|-----------------------|-------|-------|
| Freq. | 49 | 83 |
| Rel. (%) | 37,12 | 62,88 |
| Acum. (%) | 37,12 | 100 |
| Observações Ausentes= | 0 | |

**APÊNDICE “D” – DESCRIÇÃO DA ESTATÍSTICA EM SER FAVORÁVEL OU NÃO
À EMPRESA DE AUDITORIA**

Quanto maior, mais favorável à auditoria (a auditoria não é responsável por nada). Vai de 0 a 12.

Distribuição de frequência para Favorável, observações 1-132.

| | Freq. | Rel.(%) | Acum.(%) |
|------------------|-------|---------|----------|
| 2 | 3 | 2,27 | 2,27 |
| 3 | 6 | 4,55 | 6,82 |
| 4 | 27 | 20,45 | 27,27 |
| 5 | 18 | 13,64 | 40,91 |
| 6 | 19 | 14,39 | 55,30 |
| 7 | 26 | 19,70 | 75,00 |
| 8 | 19 | 4,39 | 89,39 |
| 9 | 8 | 6,06 | 95,45 |
| 10 | 4 | 3,03 | 98,48 |
| 11 | 2 | 1,52 | 100 |
| Obs. ausentes= 0 | | | |

Estatísticas descritivas, usando as observações 1 – 132 para a variável 'Favorável' (132 observações válidas).

| | |
|------------------------|----------|
| Média | 6,0909 |
| Mediana | 6,0000 |
| Mínimo | 2,000 |
| Máximo | 11,000 |
| Desvio Padrão | 1,9826 |
| C.V. | 0,32550 |
| Enviesamento | 0,16861 |
| Curtose Ex. | -0,57633 |
| Percentil de 5% | 3,0000 |
| Percentil de 95% | 9,3500 |
| Intervalo Interquartil | 3,7500 |
| Obs. Ausentes | 0 |

Distribuição de Frequência para Sentença 1, observações 1 - 132

| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
|-----------|------|------|-------|-------|-------|
| Freq. | 2 | 6 | 10 | 59 | 55 |
| Rel. (%) | 1,52 | 4,55 | 7,58 | 44,70 | 58,33 |
| Acum. (%) | 1,52 | 6,06 | 13,64 | 58,33 | 100 |

Distribuição de Frequência para Sentença 2, observações 1 - 132

| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Freq. | 27 | 39 | 19 | 31 | 16 |
| Rel. (%) | 20,45 | 29,55 | 14,39 | 23,48 | 87,88 |
| Acum. (%) | 20,45 | 50,00 | 64,39 | 87,88 | 100 |

Distribuição de Frequência para Sentença 3, observações 1 – 132

| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
|-----------|-------|-------|-------|-------|------|
| Freq. | 54 | 38 | 19 | 13 | 8 |
| Rel. (%) | 40,91 | 28,79 | 14,39 | 9,85 | 6,06 |
| Acum. (%) | 40,91 | 69,70 | 84,09 | 91,94 | 100 |

APÊNDICE “E” – DESCRIÇÃO DA FREQUÊNCIA DOS CASOS ENVOLVIDOS NO QUESTIONÁRIO

Distribuição de frequência para Total Casos, observações 1-132

| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| Freq. | 22 | 26 | 47 | 26 | 6 | 5 |
| Rel. (%) | 16,67 | 19,70 | 35,61 | 19,70 | 4,55 | 3,79 |
| Acum.(%) | 16,67 | 36,36 | 71,97 | 91,67 | 96,21 | 100 |

Distribuição de frequência dos Casos:

Distribuição de frequência para Caso 1, observações 1-132

| | 0 | 1 |
|-------------------------|-------|-------|
| Freq. | 88 | 43 |
| Rel. (%) | 67,18 | 32,82 |
| Acum. (%) | 67,18 | 100 |
| Observações Ausentes= 1 | | |

Distribuição de frequência para Caso 2, observações 1-132

| | 0 | 1 |
|-------------------------|-------|-------|
| Freq. | 93 | 39 |
| Rel. (%) | 70,45 | 29,55 |
| Acum. (%) | 70,45 | 100 |
| Observações Ausentes= 0 | | |

Distribuição de frequência para Caso 3, observações 1-132

| | 0 | 1 |
|-------------------------|-------|-------|
| Freq. | 68 | 64 |
| Rel. (%) | 51,52 | 48,48 |
| Acum. (%) | 51,52 | 100 |
| Observações Ausentes= 0 | | |

Distribuição de frequência para Caso 4, observações 1-132

| | 0 | 1 |
|-------------------------|-------|-------|
| Freq. | 76 | 56 |
| Rel. (%) | 57,58 | 42,42 |
| Acum. (%) | 42,42 | 100 |
| Observações Ausentes= 0 | | |

Distribuição de frequência para Caso 5, observações 1-132

| | 0 | 1 |
|-----------------------|-------|-------|
| Freq. | 90 | 41 |
| Rel. (%) | 68,70 | 31,30 |
| Acum. (%) | 68,70 | 100 |
| Observações Ausentes= | 1 | |

Correlação entre Favorável e TotalCasos

$\text{corr}(\text{Favoravel}, \text{TotalCasos}) = 0,33262888$.

De acordo com a hipótese nula de não correlação: $t(130) = 4,02155$, com p-valor bicaudal 0,0001